

# Uma Reflexão Sobre a Avaliação da Relação Ética e Educação

▮ Vera Rudge Werneck \*

---

## Resumo

O artigo visa refletir sobre a questão da avaliação especialmente no campo da moral. Analisa então a relação entre a ética e a educação. Para tal fim, procura mostrar que nem sempre a definição etimológica coincide com a definição real de um termo. Assim acontece com os termos “moral” e “ética”. Na sequência, analisa questões ligadas à moralidade humana: relativismo e relatividade; normalidade e frequência; preconceito e moralismo; erro lógico e erro moral. Propõe as noções de “pessoa” e de “personalidade” como referenciais de avaliação do ato moral. Fundamentando-se teoricamente na Teoria dos Valores especialmente no pensar de Max Scheller e de Yvan Gobry conclui pela necessidade de reflexão sobre esses temas junto ao educando para que ele possa encontrar um fundamento mais sólido para o comportamento moral no seu processo de educação.

**Palavras-chave:** Avaliação. Moral. Educação.

## Thoughts on the Evaluation of the Relationship Between Ethics and Education

### Abstract

The article aims to reflect on the questions of evaluation especially in the field of morality. In that regard, the author seeks to prove that the etymological definition of a term is not always in line with the actual definition thereof. This is what happens to the terms “moral” and “ethics”. The article goes on to address matters connected to human morality: relativism and relativity; normality and frequency; prejudice and moralism; logical errors and moral errors. The author proposes the concepts of “person” and “personality” as points of reference in the assessment of moral acts. Having its theoretical basis on the Theory of Values, especially on the ideas of Max Scheller and Yvan Gobry, the article goes on to conclude that said matters need to be discussed with

---

\* Doutora em Filosofia, Universidade Gama Filho-UGF; Mestre em Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro-PUC/RJ; Professora Titular, Universidade Católica de Petrópolis-UCP). *E-mail:* verarw@copavi.com.br.

the individuals receiving education, so that a more solid fundament for moral behavior within the education process can be achieved.

**Keywords:** Evaluation. Moral. Education.

## **Una Reflexión sobre la evaluación de la Relación entre la Ética y la Educación**

### **Resumen**

El artículo tiene por objeto reflexionar sobre la evaluación, especialmente en el campo de la moral. Analiza la relación entre la Ética y la Educación. Con tal objetivo busca mostrar que no siempre la definición etimológica coincide con la definición real de un vocablo. Lo que ocurre con los términos “moral” y “ética”. También se analizan cuestiones sobre la moralidad humana: relativismo y relatividad; normalidad y frecuencia; prejuicio y moralismo; error lógico y error moral. Propone las nociones de “persona” y “personalidad” como referencias de evaluación del acto moral. Fundamentándose teóricamente en la Teoría de los Valores, especialmente en el pensamiento de Max Scheller y de Yvan Gobry, concluye que es necesario reflexionar sobre esos temas junto al educando para que pueda encontrar un fundamento más sólido para el comportamiento moral en su proceso de educación.

**Palabras clave:** Evaluación. Moral. Educación.

### **Uma reflexão sobre a relação ética e educação**

Há questões que insistentemente se repetem demonstrando assim a sua importância e atualidade. Uma delas é a questão da importância da avaliação, da ética na educação.

A educação tem como objetivo o aprimoramento integral do homem especialmente do que o caracteriza fundamentalmente: a exigência do comportamento ético, do relacionamento social marcado pelos valores morais.

Impõe-se assim a necessidade de avaliar a ação humana em todas as áreas de sua atuação especialmente na educação para que se perceba com mais precisão de que modo está ela promovendo a atitude ética diante da vida.

A constante busca de aperfeiçoamento moral no processo da educação é reforçada com a fala de Pedro Goergen quando mostra que,

Hoje, esta preocupação espalha-se por todas as áreas do saber incluindo a comunicação, a genética, a biologia, a medicina etc. Podemos dizer que a preocupação ética tornou-se universal e está presente em todos os âmbitos da vida humana (GOERGEN, 2005, p. 983).

A grande dificuldade parece, no entanto, concentrar-se na compreensão dos termos moral e ética. Do significado desses termos vai decorrer o papel que vão desempenhar no processo da educação.

Sendo o objetivo do artigo, refletir sobre os significados de avaliação, de ética e de educação, parece prudente iniciar pela própria noção de “definição”.

No Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano encontra-se: definição:

“Declaração da essência” ou mais precisamente: 1º declaração da essência substancial, 2º declaração da essência nominal, 3º declaração da essência – significado (ABBAGNANO, 2000, p. 235).

Pode-se denominar “real” a definição que busca a essência substancial ou seja, a que busca apreender o que a coisa é e como etimológica, a que se atém ao histórico do termo. As palavras constituem-se historicamente para expressar os seus significados. Acontece, no entanto, que embora, em geral, a definição etimológica expresse o mesmo que a definição real, nem sempre, há uma coincidência entre elas. Muitas vezes há uma discordância entre as duas modalidades de definição o que leva à confusão dificultando o conhecimento.

Entende-se por avaliação a verificação do valor de algo para satisfazer algum anseio humano. Avaliar é buscar saber em que medida o objeto em foco corresponde à necessidade do sujeito, se é bom para ele, ou se embora sob a aparência de valor é, na verdade, um contravalor, algo que lhe é pernicioso e prejudicial.

Para uma possível avaliação da relação entre ética e educação parece necessário, antes de mais nada, esclarecer o entendimento que aqui se tem desses dois termos.

Como já foi visto, nem sempre a definição nominal de um termo coincide com a sua definição “real”. Esse fato pode ser observado nas definições dos termos moral e ética. Segundo Danilo Marcondes,

Etimologicamente, a palavra “ética” origina-se do termo grego “*ethós*” que significa o conjunto de costumes, hábitos e valores de uma determinada sociedade ou cultura. Os romanos o traduziram para o termo latino “*Mrs., moris*” (que mantém o significado de *ethós*), dos quais provem *moralis*, que deu origem à palavra moral em português (MARCONDES, 2009, p. 9).

A identificação da moral com os “mores”, com os usos, hábitos, costumes de determinado grupo social em determinada época histórica traz a grande dificuldade de retirar da moral a força da obrigatoriedade. Quem não segue um uso, um costume não se sente culpado nem passível de punição pela sociedade. Entende-se apenas como um pioneiro, como um inovador.

A definição “real” de moral e de “ética” vai, ao contrário da etimológica ou nominal, ultrapassar os usos e costumes e fundamentar-se nos valores universais do bem, do respeito e da justiça.

De um ponto de vista mais formal pode-se entender o princípio da moralidade como a exigência universal de fazer o bem e evitar o mal, ou seja, de não fazer ao próximo o que não se quer que façam a si próprio. Embora, em última instância, significando o mesmo que moral, numa concepção mais atual, pode-se entender a ética como a reflexão filosófica sobre os princípios da moral de modo a adequá-los às diversas situações e poder assim, estabelecer as leis e os códigos.

Percebe-se, então, uma incompatibilidade entre a definição etimológica e a definição “real” em se tratando dos termos ética e moral.

Embora os dois termos etimologicamente tenham mais ou menos a mesma compreensão, a definição real vai exigir a noção de “dever”, de “obrigatoriedade” que não pode fundamentar-se apenas na imposição de alguns, da sociedade, do momento histórico ou mesmo da opção religiosa.

Especialmente o jovem com o seu natural desejo de inovação, de mudança, de renovação é tentado a não aceitar regras e convenções fundamentadas apenas na sociedade e na tradição e entendê-las como mutáveis e transitórias.

A moral não pode então, significar o mesmo que “mores”, usos e costumes, que não condenam os que se recusam a segui-los.

É fácil mostrar ao educando que a infração à lei da moral leva à culpa. Ao contrário, o desrespeito aos “mores” não faz com que o sujeito sinta-se culpado. Ocorre, no entanto, que com frequência, a sociedade pune com mais rigor quem desrespeita seus “mores” do que aquele que descumpra as exigências da moral.

Torna-se, pois, de grande valia na reflexão sobre a moralidade humana, a distinção entre “mores” e “moral” como um meio de maior fundamentação do comportamento humano.

Entre as inúmeras definições de moral mostra Gobry que,

A moral tem seu plano horizontal, que Bérghson chamava a moral fechada, e que é aquela dos mandamentos catalogados; mas ela tem seu plano vertical, que Bérghson chamava a moral aberta, e que é a elevação à perspectiva do valor absoluto. Segundo o plano ao qual o homem se situa, sua moral é animada por duas mentalidades profundamente diferentes.

No plano horizontal, é a moral da obediência, na qual a vontade se dobra a normas rígidas e tenta conformar-se a um número definido de regras impostas a todos, no plano vertical, é a moral do ideal na qual o fervor tenta atingir normas imprecisas e perfeitas que exigem da vontade um esforço incessante (GOBRY, p. 137).

É recorrente a afirmação de que a lei moral varia conforme o lugar e o tempo, a definição de moral como conjunto de deveres correspondentes às correntes filosóficas dominantes.

Admitindo-se a moral como variável, como histórica, vai-se, facilmente chegar ao relativismo axiológico que entende serem os valores subjetivos. Desse ponto de vista, não há como exigir comportamentos éticos já que eles representarão apenas o consenso ou a imposição autoritária do grupo social dominante.

De outro ângulo, pode-se admitir o princípio da moralidade como universal, estável no tempo e no espaço, variando apenas as circunstâncias em que se aplicam e as suas especificações. Em todas as épocas, em todas as situações históricas, sempre se aceitou que se devia fazer o bem e evitar o mal, que não seria lícito fazer ao outro o que não se desejasse que fosse feito a si mesmo. Em nenhuma situação histórica, embora, na prática se tivesse feito o mal, teoricamente, defendeu-se como certo que se fizesse o mal.

Ao que parece, as ações morais variam, não no seu princípio, mas na sua prática. Conforme as circunstâncias e a situação histórica, altera-se o que pode ser considerado como o bem e assim as condutas moralmente corretas.

Embora aparentemente tal afirmação também pareça levar ao relativismo, é possível o estabelecimento de critérios de avaliação da moralidade da conduta.

Buscando-se apoio na Axiologia percebe-se que a primeira consciência que o homem tem de si mesmo é a de um ser em estado de falta, de carência, de necessidade reivindicando algo que o possa satisfazer, complementar. Seu conhecimento não provem da razão por uma conceituação ou definição lógica mas pelo seu sentir, pela percepção da própria incompletude. O preenchimento desse vazio, a complementação dessa falta é feita pelo valor desejado de modo global e difuso como objeto de

necessidade e que pode ser vivenciado subjetivamente como felicidade. A carência humana fundamental é pois axiológica e não ontológica só podendo ser resolvida pela apreensão do valor. Será valor tudo aquilo que de algum modo possa satisfazer alguma necessidade humana. O que corresponde às suas carências. Há pois um sistema de carências às quais corresponde um sistema de valores. À carência de vida e de bem estar corresponde o valor saúde. À carência de conhecimento corresponde o valor verdade à carência estética o valor beleza, à carência ética o valor do bem moral enfim, à cada necessidade humana corresponde um valor que a pode satisfazer. Não significa isso afirmar a necessidade do conhecimento intelectual, da definição da conceituação do que seja o bem moral mas da apreensão do valor moral. Em Max Scheler encontra-se:

O que se acabou de dizer é suficiente para mostrar claramente que em se rejeitando uma ética material de fins, isto é uma ética que pretendia nos prescrever como “bom” um conteúdo qualquer de representação imaginativa ou como “boa” e realização de um conteúdo deste gênero, nos não excluímos de nenhum modo portanto, uma “ética material dos valores (SCHELER, 1955, p. 62)”.

As mudanças constantes nas escalas de valores, a velocidade das conquistas científicas a possibilidade de novos pontos de vista para olhar a realidade estão a exigir referenciais de avaliação bem definidos: o que é simplesmente uso, costume e o que é moral ou imoral, o que aprimora ou degrada o ser humano.

Não se pode condenar alguém simplesmente por não seguir os costumes. O grande desafio centra-se então no estabelecimento de critérios, na distinção entre o relativismo moral que situa o sujeito como único árbitro da ação moral; e a relatividade que, embora admita a existência do princípio universal da moralidade, considera os diferentes pontos de vista.

O ser humano pode ser considerado sob duas instâncias; como “pessoa” e como “personalidade”. Como “pessoa” é um ser vivo, com uma animalidade que o faz buscar os valores vitais, como bem estar físico, e saúde; uma racionalidade que o leva a procurar o valor “verdade”, uma vontade livre que exige os valores liberdade e responsabilidade no agir e uma afetividade que o faz tender para o amor. A “pessoa” quer acima de tudo, a sua autoestima, o reconhecimento da sua dignidade. Seria “o respeito” o valor que melhor corresponderia às suas necessidades fundamentais.

Entende-se por respeito o reconhecimento do sagrado direito à existência. Como uma modalidade da afetividade, o respeito manifesta-se como a atitude do homem diante do sagrado. É o valor que corresponde ao reconhecimento da existência do divino. Por participar de algum modo do que é divino como bem mostram tanto o relato da lenda de Prometeu, como a narração bíblica do Gênesis, pode o homem ser considerado como sagrado. Sendo esse valor instaurado pelos homens em entes variados como por exemplo, objetos de culto, passam também eles a ser considerados como sagrados e assim, dignos de respeito.

O indivíduo por ser pessoa, é dotado de dignidade própria e, por isso, merecedor de respeito. Não se pode, por isso, ferir a sua pessoa, humilhá-la, coisificá-la.

Além de ser uma “pessoa” tem ainda o indivíduo, uma “personalidade”. Um sistema de carências e de valores individualizado próprio de cada um. Pode-se entender por “personalidade” o conjunto das características próprias e das modalidades de comportamento de um indivíduo tomadas integradas e em interação.

Personalidade seria então, nessa compreensão, um sistema de carências de valores e, ao mesmo tempo, um sistema de valores adquiridos, incorporados ao sujeito. O sujeito não apenas busca os valores mas os instaura na natureza, no outro e em si mesmo. A personalidade, portanto, não nasce pronta. Ao sistema de carências próprio de cada um acrescentam-se os valores adquiridos pelos processos da educação e da instrução.

Pela “personalidade” diferencia-se o ser humano um do outro definindo suas características e peculiaridades. Essas diferenças vão exigir atendimentos específicos e variados modelos de escalonamento de valores. A justiça entendida como “dar a cada um o que lhe for devido pode ser considerada como o valor por excelência para a satisfação do que é específico de cada personalidade.

Qualquer avaliação relativa ao ser humano contempla sempre o respeito à sua “pessoa” e a justiça para com as diferentes personalidades.

Os referenciais “pessoa” e “personalidade” poderiam servir como critérios de avaliação da conduta moral.

Sendo o sujeito numa primeira instância uma “pessoa” e numa segunda uma “personalidade” deveria ser respeitado em ambas as instâncias.

O princípio da moralidade em relação à pessoa humana é sempre o mesmo: não se pode prejudicá-la no que a caracteriza e lhe é essencial: o seu bem estar físico, a sua saúde, a sua racionalidade, a sua liberdade psicológica e a sua afetividade. Pode haver maior diversificação no que diz respeito às diferentes personalidades mas não no que se refere à própria noção de pessoa humana.

Platão na sua obra *Protágoras* (1967, p. 321), relatando o mito de Prometeu, mostra que Zeus para preservar a raça humana da destruição já que dotadas apenas de inteligência iriam matar-se uns aos outros com mais requinte e poder, manda Hermes trazer aos homens o pudor e a justiça como princípios ordenadores das cidades e laço de aproximação entre os homens. Acrescenta ainda que essas duas qualidades deveriam, diferentemente do conhecimento da técnica, serem distribuídas igualmente por todos os homens para que todos participassem delas pois as cidades não poderiam subsistir se o pudor e a justiça fossem privilégio de poucos como se dá com as demais artes.

Teria sido assim, graças ao pudor entendido como a reconhecimento do sagrado direito à existência, como respeito à própria pessoa e a do outro e à justiça como reconhecimento do direito do outro ao que lhe fosse devido que a humanidade ter-se-ia perpetuado até nossos dias.

O sujeito é então caracterizado pela moralidade. Como um ser que mais do que a animalidade tem como marca fundamental a humanidade.

Embora com significados variáveis, o termo *Ética* pode então ser entendido como a ciência que reflete sobre os princípios da moralidade para o estabelecimento dos códigos e das normas de conduta. Seria a reflexão filosófica sobre a moral.

As determinações da ética não se reduziriam aos “mores”. No processo da educação seria necessário levar o educando a distinguir entre as determinações da moral e da ética e os “mores” muitas vezes impostos pela sociedade. Também os “mores”, os usos, os hábitos sociais podem ser seguidos, desde que de acordo com os princípios da moral, para o bom andamento da vida em sociedade.

Como já foi visto, no entanto, os “mores” não obrigam. O que não segue os usos do seu grupo social, o que transgride os “mores” pode ser apenas um pioneiro, alguém que inovou, que criou uma nova moda. São inúmeros os exemplos de inovações que se



contrapõem aos costumes e que nem por isso possam ser considerados como imorais apesar de toda a resistência que encontrem nos meios sociais.

Buscando-se entender o processo do conhecimento humano, percebe-se que a apreensão das idéias é feita pela razão que depois de tê-las apreendido vai compará-las formulando juízos, raciocínios, desenvolvendo hipóteses e teorias que constituem o conteúdo do conhecimento intelectual. A apreensão dos valores, no entanto, diferentemente, não é feita pela razão mas pela sensibilidade diante das experiências de valor.

Conhece-se o valor pela experiência, assim sendo, para a apreensão do valor moral vão ser necessárias experiências de moralidade, as práticas, as vivências que permitam ou levem ao conhecimento da ação moral. Para tal, vão ser necessárias ao sujeito as capacidades de deliberação, de decisão e de execução do ato moral.

O educando deve ser capaz de deliberar, ou seja, de ter conhecimento de causa, de poder medir os prós e os contras ou seja de avaliar a situação. Caso contrário a ação será instintiva, guiada por impulsos, espontânea, mas não propriamente moral. Deve ainda ser capaz de decidir, de optar livremente, para que pela ação da vontade, pelo seu livre arbítrio, atinja o nível da moralidade. Ações fortuitas e não decididas não são propriamente morais.

Por fim, é ainda necessária a execução: Que não fique apenas nos níveis da deliberação e da decisão mas que passe para o da ação, e, finalmente, para que chegue propriamente ao nível da moralidade.

Percebe-se que com frequência o jovem confunde a ação moral com as convenções, com os preconceitos, com representações sociais com regulamentos. Ou bem que as regras, as normas se baseiam no princípio universal da moralidade ou deixam de ter fundamento e assim sendo, não obrigam.

É bem comum a confusão entre as noções de “normal” e de “frequente”.

Pode-se entender como fundamento do normal, da normalidade, o que está de acordo com a norma que, por sua vez deve expressar o que deve ser, o que está de acordo com os princípios da moral. Muitas vezes, no entanto, considera-se o “frequente” como normal e chega-se a absurdos como considerar algo como normal somente porque acontece repetidamente. Ouve-se, sem espanto, afirmações tais como: é normal ser assaltado em determinada rua, é normal criança pequena “trabalhando”,

vendendo bala, ou pedindo esmola na rua, entre outras semelhantes. Pergunta-se: normal? De acordo com as exigências éticas de respeito e de justiça?

São questões que exigem uma maior reflexão sobre a diferença entre usos e comportamentos éticos.

Também o problema do preconceito que se liga diretamente à moralidade precisa ser analisado. O preconceito fundamenta-se no imaginário que tem sua origem no inconsciente. As primeiras impressões sobre um objeto oferecem não propriamente um conhecimento, uma possibilidade de conceituação, mas uma interpretação que vai permitir apenas uma préconceituação ou seja um conhecimento preconceitual resultante de uma interpretação imaginária do real. Muitas vezes, as normas de condutas são estabelecidas, não pelos princípios fundamentais da moral mas pelos preconceitos resultantes de interpretações imaginárias sobre o real. Essas normas, regras, julgamentos levam ao chamado “moralismo” que se caracteriza pela falta de fundamentos que as justifiquem.

Quando se justifica uma ação, um posicionamento, um comportamento pelos conteúdos da ciência, da filosofia ou da religião não se tem na verdade um preconceito mas uma conceituação que pode estar correta ou não em relação aos referenciais tomados. Pode-se errar por distorção, por má compreensão, pouca informação ou qualquer outra causa, o que não caracteriza o preconceito. Erra-se por preconceito quando se toma uma posição injustificada ou injustificável.

A reflexão sobre esses temas pode contribuir para a formação moral do educando, ajudando-o a avaliar as situações, a cultura e os saberes em geral conduzindo-o ao seu aprimoramento seja enquanto pessoa humana seja enquanto personalidade individualizada e assim a tornar mais eficiente e eficaz o processo da educação.

## Referências

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SCHELER, M. *Le Formalisme en Éthique et L'Éthique Materiales dès Valeurs*. France: Sant Armand (ehei), 1955.

GOBRY, U. *De La Valeur*. Paris: Vander/Vauwelaerts, 1975.

GOERGEN, P. Educação e valores no mundo contemporâneo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 92, out. 2005.

MARCONDES, D. *Textos básicos de Ética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

PLATÃO. *Protágoras*. Paris: Societé d'Édition Lês Belles Lettres, 1967.

WERNECK, V. R. *Educação e Sensibilidade*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

Recebido em: 27/06/2011

Aceito para publicação em: 25/03/2013